

Do debate político à notícia: a imprensa periódica em Barbacena - séculos XIX e XX

Edna Maria Resende

Doutora em História pela UFMG e coordenadora do Arquivo Histórico
Municipal Professor Altair José Savassi.

ednamresende@hotmail.com

Resumo

Neste artigo, apresenta-se a coleção de jornais do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena. Por meio do volumoso acervo, com imensa diversidade de títulos, aponta-se a vigorosa atividade impressa em Barbacena, fonte imprescindível para o estudo da vida política, social, cultural e econômica da região. No texto que se segue, discute-se a atividade impressa periódica em Barbacena, focando os jornais como fontes para a pesquisa histórica, ressaltando suas características e abordagem metodológica. Para alcançar tal intento, privilegiou-se alguns títulos da coleção, referentes ao século XIX e início do século XX, procurando destacar as especificidades de cada época e as transformações ocorridas no transcorrer do período.

Palavras-chave: imprensa periódica; Barbacena; século XIX e XX; debate político; fonte histórica.

O Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (AHMPAS)¹, aberto ao público em 2003, tem por objetivo o recolhimento de fundos e coleções, públicos e privados, preservá-los, organizá-los e descrevê-los para

¹ O Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, doravante AHMPAS, é um órgão subordinado à Fundac (Fundação Municipal de Cultura de Barbacena) e seu nome é uma homenagem ao Professor Altair José Savassi, historiador e memorialista local.

facilitar a consulta dos documentos e torná-los úteis à pesquisa. A acessibilidade à documentação requer ainda a elaboração de instrumentos de pesquisa e a ampla divulgação do acervo.

O AHMPAS ocupou-se, nos últimos anos, em recolher, conservar e tornar disponíveis conjuntos documentais da região². Tal iniciativa viabilizou dezenas de pesquisas acadêmicas e genealógicas, contribuindo de forma decisiva para a recuperação da história da região³. O lançamento do *Guia de Fontes do AHMPAS: Fundo Poder Judiciário* (ACAHMPAS, 2011) foi mais uma ação no sentido de facilitar o acesso dos pesquisadores às fontes e, desse modo, contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre a localidade, possibilitando o resgate da memória e da história regional e garantindo ao cidadão um acesso rápido e eficaz à informação.

A publicação desse Dossiê de Fontes do AHMPAS, em parceria com a Revista *Mal-Estar e Sociedade*, insere-se nessa perspectiva. O Dossiê contempla cinco tipos documentais relevantes no acervo do AHMPAS. Inventários, testamentos, processos criminais, ações de liberdade e periódicos destacam-se quantitativamente e, sobretudo, têm-se revelado fontes indispensáveis aos estudos desenvolvidos pelos historiadores que se debruçam sobre a história local e regional. Cada autor/pesquisador do AHMPAS tomou para si a tarefa de apresentar as características e possibilidades de uma fonte com a qual, em virtude de suas pesquisas pessoais, têm familiaridade e conhecimento aprofundado.

Aqui serão analisadas as atividades da imprensa periódica de Barbacena nos séculos XIX e XX. O AHMPAS recolheu, em 2007, valiosa coleção de jornais, reunida pelo professor Altair José Savassi. Trata-se de 844 títulos de jornais locais, a maioria existente exclusivamente no acervo do AHMPAS, não sendo localizados nem mesmo na

² Para conhecimento do acervo do AHMPAS, ver RESENDE; JANUÁRIO (2011).

³ ASSIS (2003); ARAÚJO (2006); CARVALHO (2008); CAVALCANTE (2007); FONSECA (2003); FREIRE (2009); GUIMARÃES (2006); LACERDA (2007); OLIVEIRA (2005); OLIVEIRA (1999); PINHEIRO (2007); RESENDE (2008); RODRIGUES (2006); SANTOS (2005); SILVA (2006); TEIXEIRA (2005, 2007).

Biblioteca Nacional. Embora boa parte dos periódicos contenha lacunas, não apresentando números completos, a coleção é rara e fundamental para o conhecimento da vigorosa atividade impressa em Barbacena, bem como fonte imprescindível para o estudo da vida política, social, cultural e econômica da região.

A sobrevivência da coleção é significativa, sobretudo por tratar-se de fonte efêmera, feita para durar pouco tempo. A precariedade e a fragilidade do suporte, ainda hoje, trazem desafios para a conservação e a preservação dos periódicos. Por outro lado, a efemeridade também dificulta a permanência desse tipo de acervo. Particularmente, os jornais que circularam no século XX, de caráter mais noticioso, perderiam a razão de ser com o passar do tempo. Afinal, quem se interessaria por notícias e por discussões findas? Felizmente, o professor Altair Savassi preocupou-se em reunir e guardar, pacientemente, os jornais que foram publicados em Barbacena e circularam pela região, tendo, inclusive, encadernado alguns títulos.

Não se sabe se a coleção abarca a totalidade dos jornais locais. No entanto, o elevado número de títulos, contemplando diversas categorias de publicação - noticiosos, oposicionistas, religiosos, agrícola, comerciais - oferece boa perspectiva da atividade impressa em Barbacena. Essa coleção, seguramente, foi a base utilizada por Altair Savassi para a elaboração do panorama da imprensa em Barbacena, publicada pela Prefeitura Municipal de Barbacena em 1953 (SAVASSI, 1953, 1991)⁴.

Obviamente, diante desse volumoso acervo, é impossível, nos limites deste artigo, abordar com profundidade os periódicos barbacenenses. Não cabe aqui elencar todos os títulos nem fazer um estudo biográfico de cada periódico. Este texto tem por objetivo abordar a atividade impressa periódica em Barbacena, focando os jornais como fontes

⁴ A sobrevivência das massas documentais, como nos lembra Jacques Le Goff (1996), é resultado das relações de força e de poder existentes na sociedade que os produziram. É fundamental compreender o documento como monumento para entender os processos de manipulação da memória, as lacunas, os silêncios e as perpetuações observadas nos acervos históricos.

para a pesquisa histórica, ressaltando suas características e abordagem metodológica. Para alcançar tal intento, foram privilegiados alguns títulos da coleção, referentes ao século XIX e início do século XX, procurando destacar as especificidades de cada época e as transformações ocorridas no transcorrer do período.

Os periódicos são fontes históricas *sui generis*. Os impressos, além de documentos riquíssimos e detalhados, indispensáveis para a reconstrução do passado, têm o duplo papel de sujeito e objeto da história brasileira. Desde seu aparecimento no país, no início do século XIX, a imprensa periódica testemunhou, registrou e veiculou nossa história, caminhando passo a passo com o processo de constituição da sociedade e do Estado brasileiros (MARTINS; LUCA, 2008; MOREIRA, 2011)⁵.

A imprensa constitui fonte privilegiada para o estudo do debate político de uma época, por tratar-se de um “agente da história que ela [a imprensa] também registra e comenta” (CAPELATO, 1982, p. 12). Os periódicos, como atores políticos, estão inseridos no debate político, orientando sua atuação a partir dos diversos grupos em disputa, defendendo e representando seus interesses, buscando intervir no jogo político para alcançar um consenso (RESENDE, 2008).

O protagonismo político dos periódicos e o poder da palavra impressa podem ser observados desde a Revolução Francesa. As prensas tipográficas foram ferramentas básicas para a derrubada do Antigo Regime e para a construção de uma nova ordem (DARTON; ROCHE, 1996). Também durante a Revolução Americana, a palavra impressa foi ingrediente decisivo dos acontecimentos (BAILYN, 2003).

A imprensa é, simultaneamente, instrumento e protagonista do jogo político. Portanto, a palavra impressa é fruto do contexto histórico e também o modifica ao atuar sobre ele. Desse modo, o estudo dos periódicos, necessariamente, requer a aproximação com a época em que

⁵ Inúmeros autores utilizaram os impressos tanto como fonte quanto como objeto de pesquisa. Pode-se citar alguns exemplos: SODRÉ (1983), DARTON e ROCHE (1996), BAILYN (2003), MOREL (2005), NEVES (2003), LUSTOSA (2000), RESENDE (2008), MOREIRA (2011).

foram publicados, atentando para seus dilemas e contradições. Somente assim pode-se captar as experiências concretas que permeiam o processo de produção e veiculação da palavra impressa (MOREL, 2008; SKINNER, 1996).

Comparado à Europa e a outras partes da América, a imprensa surgiu tardiamente no Brasil, atuando sistematicamente a partir de 1808, com a instalação da Impressão Régia (MOREL, 2008). Os sucessos que se seguiram à Independência evidenciam a construção de espaços públicos associados à modernidade política, à noção de cidadania e de soberania popular. Desde os primeiros anos do Brasil independente vivia-se um “interno processo de politização da sociedade” (SLEMIAN, 2007, p. 34-51), caracterizado pelo amálgama entre a herança ibérica e o ideário liberal. Na nação que começava a se forjar, a linguagem política invadia e se confundia com o espaço público, perpassando as redes “administrativas, de transporte, de mercadorias, mas também da produção e circulação de impressos portadores de idéias (*sic*), interesses, palavras de ordem e propostas de organização e mobilização” (MOREL, 2005, p. 151-152).

O estabelecimento da liberdade de imprensa, em 1821, e a liberação de circulação de impressos abrem caminho para a passagem de formas tradicionais de comunicação usadas no Antigo Regime, para a utilização de folhetos e periódicos como *locus* do debate político. A imprensa, mais que registrar ou divulgar os acontecimentos, atuava como protagonista, instituindo o debate e referenciando a ação política.

Em Minas Gerais, a partir de meados do Primeiro Reinado, houve uma vigorosa e intensa produção e circulação de periódicos⁶. A região Metalúrgica/Mantiqueira concentrou os mais numerosos e significativos jornais da província. Boa parte deles era de inspiração liberal moderada, embora também circulassem periódicos restauradores. *O Universal*, publicado em Ouro Preto entre 1825 e 1842, e *O Astro de Minas*, jornal são-joanense que

⁶ Xavier da Veiga apresenta panorama da imprensa em Minas, listando os inúmeros periódicos produzidos (VEIGA, 1987, p. 169-239).

circulou entre 1827 e 1839, destacaram-se como “representantes do pensamento liberal-moderado mineiro, marcando o panorama cultural da Província” (SILVA, 2002, p. 126). *O Universal* seguia a orientação política de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Após 1836-1837, desvincula-se de Vasconcelos, passando a ser redigido por seu proprietário, José Pedro Dias de Carvalho. *O Astro* e *O Universal* foram publicações regulares, que se estenderam por anos. A maioria dos periódicos, contudo, teve duração efêmera. Esses jornais caracterizavam-se por apresentarem

um exíguo número de páginas (em geral quatro); muitas vezes um só artigo ocupando todo o jornal; títulos e epígrafes curiosos; a mesma pessoa (anônima, em não poucos casos) como proprietário e redator; periodicidade irregular (era comum não passarem do primeiro número) e, aspecto mais importante, uma linguagem quase sempre veemente, insultuosa, virulenta, habituada a tratar as personalidades políticas por apelidos chistosos ou ofensivos, não obstante sem sentido predominantemente libertário (SEABRA, 1999, p. 52).

Embora os periódicos tenham caráter efêmero, no século XIX os jornais não eram simplesmente descartados. Estabelecia-se uma relação mais perene com os impressos, tomados como objeto de consulta e rememoração. Os periódicos oitocentistas têm formato influenciado pelo livro. Na tentativa de “esclarecer” e orientar o leitor, a composição tipográfica era utilizada como produtora de sentidos. A impressão de palavras invertidas para expressar a ironia do redator/tipógrafo exemplifica essa intenção. Buscava-se um formato tipográfico invisível, com a supressão de adornos supérfluos e de caracteres que dificultassem a leitura (MOREIRA, 2011).

Para além de ampliar a fala e a atuação política, os impressos legitimavam a comunicação da opinião, por estarem imbuídos da capacidade de significar a verdade, em contraposição ao manuscrito, tido como meio ilegítimo de comunicação. Não obstante tivessem consciência de que a composição tipográfica possibilitasse a transmissão eficiente do conteúdo que produziam, os redatores/

tipógrafos produziam jornais em formato in-quarto, com quatro páginas preenchidas por uma mancha gráfica afastada cerca de dois centímetros da borda do papel, evitando manuseio descuidado e possibilitando a prática da *marginalia*. Até meados do século XIX, a produção de jornais em grande formato era cara e inviabilizada pela dificuldade de aquisição do papel (MOREIRA, 2011).

Os jornais que se pretendiam mais regulares informavam a periodicidade, o preço e a forma de serem adquiridos e subscritos. As epígrafes constituíam-se frequentemente de citações em francês ou latim. Os títulos nem sempre permitiam associação imediata com o conteúdo temático do jornal. Em outros casos, porém, os títulos “são explicitamente cartas de intenções de seus produtores” (SEABRA, 1999, p. 50). As publicações longevas passaram por diversas modificações, alterando epígrafes, tipo de impressão e substituindo editores. Mantinham, no entanto, a temática predominantemente política.

Os periódicos ocupavam-se em publicar extratos das sessões legislativas, decretos ministeriais, resultados de eleições, notícias da Corte e de outras províncias e países, além de reproduzir partes de textos de outros jornais. Em artigos com características de editoriais, os redatores ora posicionavam-se em relação às situações políticas, ora publicavam traduções de obras doutrinárias do liberalismo e do constitucionalismo. Com o objetivo de doutrinar o leitor, nos jornais liberais “repisavam-se conceitos do liberalismo, fazia-se uma contextualização histórica, nacional e mundial e se expunha a posição política conjuntural do periódico”, afirmando-se sua identidade política (SILVA, 2002, p. 129). Os periódicos traziam também anúncios de venda de imóveis, folhinhas e animais, além de avisos referentes, por exemplo, à fuga de escravos.

Os jornais, comumente, não explicitavam o nome do redator. No entanto, isso não significa que os responsáveis pela publicação não pudessem ser ou não fossem conhecidos. Mesmo não tendo o nome mencionado, os contemporâneos

conheciam a identidade do redator. Por outro lado, os folhetos e periódicos políticos eram marcados por um gênero discursivo próximo da linguagem da propaganda, dispensando a associação com o nome do autor. Além disso, tais textos são discursos políticos coletivos, “fomentadores de polêmicas e geradores de outros textos em um diálogo escrito, daí a interlocução não se fazer entre os autores dos textos, mas com o que eles defendem”. Nesse embate de ideários distintos, “editor, redator e leitor por vezes se confundem e trocam de papéis” (SEABRA, 1999, p. 57, 59).

Os periódicos publicavam correspondências e representações de cidadãos e sociedades patrióticas. Ao dar voz aos leitores, “a diferença entre redator e leitor se desfaz quando leitores se tornam autores graças à publicação de suas cartas” (SEABRA, 1999, p. 61). A produção coletiva dos discursos políticos ocorria também com a publicação de extratos de outros periódicos. As compilações e as permutas permitiam a formação de uma rede de debates que compartilhava ideias, expunha identificações e antagonismos, criava uma teia de influências e interações que interligava diversas regiões da Província e a Corte⁷. Estabelecia-se uma “via de mão dupla ou, mais precisamente, com diversas saídas e entradas” entre a Corte e as províncias. Os “impressos provinciais circulavam na cidade imperial, da mesma forma que os papéis impressos nela se espalhavam pelo País”. Esse entrecruzamento tornava o Rio de Janeiro “o lugar privilegiado de formação de uma opinião pública nacional e regional ao mesmo tempo” (MOREL, 2005, p. 173).

A criação dessa complexa rede de leitores e de periódicos possibilitava, ao “imprimir a palavra nas mentes dos leitores” (SEABRA, 1999, p. 45), produzir e difundir a opinião pública. Trata-se de um processo ligado à constituição dos espaços

⁷ Segundo SILVA (2002, p. 130), “os periódicos eram distribuídos entre as vilas, cidades e arraiais, em geral pagos em subscrições em casas e lojas de seus representantes. Muitas vezes outros periódicos liberais os distribuíam; assim, *O Estrela Marianense* podia ser encontrado nas tipografias do *Astro* e do *Echo do Serro*. Eventualmente, os principais periódicos mineiros penetravam em outras províncias e certamente eram conhecidos na Corte”.

públicos e ao desenvolvimento de uma consciência política no seio da esfera pública. A opinião pública pode ser vista como “recurso para a legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral” (MOREL, 2005, p. 200)⁸.

Aos redatores, “difusor(es) de ideias e pelejador(es) de embates”, competiam uma “missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora”, com o objetivo de alcançar o consenso. Nesse sentido, a construção da opinião pública requer levar em consideração o público leitor, a interação redatores-leitores. Essa relação é

“marcada por um jogo de imagens: espelho e miragem. Espelho onde se constroem e se consolidam posições e identidades a partir das próprias referências. Miragem onde se busca, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve” (MOREL, 2005, p. 167, 212).

Alguns periódicos procuravam dialogar com um “público ilustrado”, com “homens instruídos de todas as classes”, tentando aproximar a elite cultural das elites dirigentes. Almejava-se um público de cidadãos e leitores ativos que espelhasse uma identidade cultural, social e política. Esses “leitores ativos”, compostos pela elite proprietária e letrada, podiam intervir no debate político, referenciando sua intervenção nas leituras dos inúmeros livros que podiam comprar nas livrarias do Rio de Janeiro.

Os redatores procuravam também, em sua missão pedagógica, atingir um público com outro perfil. Por não espelhar a identidade dos redatores, esse “público passivo” apresenta-se como uma miragem. Tratava-se da população pobre, iletrada e sem instrução. Vista como turbulenta e ameaçadora, precisava ser incorporada à sociedade por meio da educação e da cultura (MOREL, 2005). Em uma sociedade predominantemente analfabeta, a oralidade não pode ser ignorada, havendo uma imbricação entre o oral e o escrito (SEABRA, 1999). Assim, os periódicos e folhetos escritos podiam ser divulgados por intermédio de leituras públicas,

⁸ Sobre a concepção de opinião pública, ver MOREL (2008) e BECKER (1996, p. 185-211).

seguidas de debates e discussões, ampliando o alcance dos escritos e alargando a esfera pública⁹.

Os impressos fizeram-se presentes no cotidiano das pessoas em locais diversos. Durante os anos iniciais do período regencial, houve uma profusão de periódicos lançados e em circulação na província mineira. Na vila de Barbacena, a atividade impressa inicia-se apenas em 1836, quando vem à luz *O Parahybuna*. O número 40 do jornal, de cinco de novembro de 1836, encontra-se no acervo do AHMPAS. Os exemplares referentes aos anos de 1837, 1838 e 1839 encontram-se, com algumas lacunas, no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e são acessíveis por meio digital. *O Parahybuna* foi publicado até 1840, pois o jornal *O Popular*, publicado em São José del-Rei, em 1840, faz referências a números de *O Parahybuna* desse ano (AMARAL, 2003).

Os exemplares existentes de *O Parahybuna*, portanto, cobrem exatamente o chamado período regressista, desaparecendo no ano da Maioridade. O periódico, publicado pela Typographia do Parahybuna às quartas-feiras e aos sábados, sob a responsabilidade do padre Justiniano da Cunha Pereira, assumiu um posicionamento contrário ao governo de Feijó¹⁰. Em algum momento, entre os números 134 e 144, o jornal passou a ser publicado às terças e sextas-feiras. Não podemos precisar as datas porque esses números, infelizmente, não estão disponíveis.

Para além da ferrenha oposição desencadeada por *O Parahybuna* a Feijó e aos feijoístas, a ligação entre o jornal e os regressistas fica muito clara a partir das inúmeras referências a Bernardo Pereira de Vasconcelos. O primeiro

⁹ Foi o que ocorreu após a Abdicação, em Ouro Preto, quando a Sociedade Promotora da Instrução Pública avisava: “Se o correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade Promotora d’Instrução Pública em uma das salas do Palácio do governo [...] e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura (SILVA, 2002, p. 134)”.

¹⁰ Na verdade, não há nenhuma referência explícita que identifique o redator. Sabe-se, no entanto, que, em 1839, o primeiro redator faleceu, conforme foi noticiado no número 174, de 9 de julho de 1839. Também não há indicações, no jornal, sobre a identidade do segundo redator, que edita o jornal até 1840. Em 1838, o padre Justiniano da Cunha Pereira publicou a comédia intitulada “Club dos anarchistas”. Essa publicação menciona que o padre Justiniano era o redator de *O Parahybuna*. Na capa da peça está explicitado que a mesma foi impressa na tipografia do jornal, o que pode ser comprovado pela semelhança da composição tipográfica entre o jornal e a peça. A comédia está disponível em: <www.geocities.com/clubanar/capaorig.htm>. Acesso em: 24 abr. 2007.

indício da filiação do jornal ao grupo de Vasconcelos encontra-se explicitado na própria epígrafe do jornal, constituída de um excerto de um discurso de Vasconcelos¹¹.

Coincidentemente, *O Parahybuna* passa a ser editado no mesmo ano em que Bernardo Pereira de Vasconcelos deixa a redação do *Universal*, de Ouro Preto. Provavelmente, Vasconcelos empenhou-se em criar outro jornal, por meio do qual pudesse divulgar suas ideias, defender seus projetos e influenciar seus eleitores. A opção pela vila de Barbacena é estratégica. Certamente, Vasconcelos queria demarcar uma base de atuação e de influência, contrapondo-se aos liberais da região, especialmente Baptista Caetano e o Cônego Marinho, respectivamente, criador e redator do *Astro de Minas*, publicado em São João del-Rei. Naquele momento, *O Astro de Minas* havia rompido com Vasconcelos, assumindo uma posição contrária ao grupo político regressista (AMARAL, 2003).

Por outro lado, é preciso levar em consideração que Bernardo Pereira de Vasconcelos encontrou apoio na vila de Barbacena. Isso significa que, ao contrário da propalada memória liberal da cidade, havia espaço para posicionamentos em torno do projeto conservador. As subscrições para *O Parahybuna* podiam ser feitas nas residências de José Bento Costa e Azedias e de João Gualberto Teixeira de Carvalho. Além disso, a tipografia de *O Parahybuna* localizava-se na casa de Azedias (MASSENA, 1985). Em 1837, estavam ligados ao grupo de Bernardo Pereira Vasconcelos. Em 1842, contudo, João Gualberto participou da Revolta Liberal, juntamente com seus irmãos. José Bento Azedias parece ter tido sempre postura mais conservadora, assumindo a vereança logo após a suspensão da Câmara rebelde.

A ligação entre *O Parahybuna* e o *Regresso* fica ainda mais visível se prestarmos atenção ao nome dado ao

¹¹ Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem, Deus louvado, a despeito das intrigas, a despeito das paixões, em todas as lutas saem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes rogam a má fé, a ambição, ou a ignorância (O PARAHYBUNA, 1837, n. 77).

periódico barbacenense. Pode-se associar o nome do jornal ao rio Parahybuna, que corta a região sob a influência de Barbacena à época, ou à estrada do Paraibuna. A escolha desse nome, contudo, extrapola as motivações geográficas e assume um sentido metafórico:

não se deve minimizar o fato de que os Regressistas tenham escolhido para seu periódico barbacenense o nome de um rio. A ruptura com o iluminismo é clara. Um rio, embora não seja de maneira nenhuma imutável, é ótima referência conservadora, pois é água para apagar o fogo iluminista, é força que brota de dentro da terra, tão cara à classe proprietária, e para o tempo de uma vida humana parece imutável (AMARAL, 2003, p. 121-122).

A rede de debates políticos, que identificava os impressos da época, está estampada nas páginas de *O Parahybuna*. O jornal travou um intenso debate com outros periódicos do período, como *O Universal*, *O Sete de Abril*, *O Monarchista*, *O Popular* e *O Astro de Minas*, só para citar os que aparecem mais frequentemente. Na verdade, o grande diálogo de *O Parahybuna* foi estabelecido com *O Astro de Minas*. Em todos os números de *O Parahybuna* até 1838, quando *O Astro* ainda existia, há referências ou ataques ao *O Astro* ou a seu redator, o cônego Marinho. Em 1839, o diálogo dá-se com *O Popular*, que ocupa o espaço deixado pelo *O Astro*¹².

Utilizando técnicas jornalísticas modernas para a época, como colunas fixas, dando títulos aos artigos, deixando de lado os textos de estilo filosófico e enciclopedista e lançando mão de sátiras e poesias (de gosto duvidoso), *O Parahybuna* preocupava-se em alcançar a sociedade e fazer-se ouvir. É importante destacar que o jornal, assumindo postura conservadora e moralista, postava-se como um condutor das pessoas para o verdadeiro caminho da ordem, afastando-as das perigosas mudanças, ou seja, da suposta implantação de uma república na província de Minas Gerais, a exemplo da Bahia e do Rio Grande do Sul.

¹² Esquadrinhar de forma completa as ideias e o debate político realizado pelo *Parahybuna* só é possível com o cotejamento desses vários jornais, especialmente *O Astro de Minas*¹², editado em São João del-Rei entre 1827 e 1839, claramente ligado aos liberais moderados. Análise mais detalhada do jornal *O Parahybuna* encontra-se em RESENDE (2008).

Professando um liberalismo excludente e restritivo, *O Parahybuna* endossava um projeto de construção do Estado alicerçado em bases centralizadoras e conservadoras. Não obstante a evidente intenção do jornal em obter o consenso da população em torno da proposta regressista, esse intento não foi totalmente alcançado. Na verdade, o embate entre propostas distintas para a construção do Estado imperial continuava existindo. Tanto que, em 1840, entra em circulação, em Barbacena, o jornal *O Echo da Rasão*, pautando-se por um liberalismo “influenciado” pela Revolução Americana.

O Echo da Rasão era publicado uma vez por semana, pela tipografia da Sociedade Typographica e era editado por Camilo Maria Ferreira Armonde¹³. O jornal circulou entre 1840 e 1842, quando desaparece após a derrota dos Liberais. Infelizmente, restam apenas cinco números desse periódico¹⁴. Os artigos de *O Echo da Rasão* deixam transparecer a intranquilidade do momento diante da recusa dos liberais mineiros e paulistas em aceitarem as leis da reforma regressista. Mesmo antes da dissolução da Câmara, que ocorreu em 1º de maio de 1842, os jornais acenavam para a possibilidade de um movimento armado.

A vitória do Regresso arrefeceu o cenário impresso nas províncias, nos primeiros anos do Segundo Reinado. As folhas do interior rareiam¹⁵ e a imprensa, especialmente da Corte e da capital das províncias, imbuída de carga civilizatória, atua a serviço dos partidos Conservador e Liberal, expressando seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Predomina o jornalismo áulico e conservador, embora tenha tido destaque a atividade dos publicistas, de tom conselheiral, e dos panfletários que produziram panfletos políticos facciosos (MARTINS, 2008).

¹³ O jornal não explicita o nome do editor. Mas, de acordo com memorialistas locais, o editor de *O Echo da Rasão* era Camilo Maria Ferreira, futuro Conde de Prados, baluarte do Partido Liberal em Barbacena. (SAVASSI, 1991, p. 66; MASSENA, 1985, p. 63).

¹⁴ Trata-se dos números 15 e 16, de 1840, e os números 66, 79 e 80, de 1842, existentes na Biblioteca Nacional e acessados em CD-ROM. Para a análise da discussão travada nesses números, ver: RESENDE (2008).

¹⁵ Segundo Savassi (1991), foi publicado em Barbacena pelos irmãos Teixeira de Carvalho 25 números do jornal *O Esplenático* em 1855.

Nesse momento, a veiculação de causas políticas, com escritos apaixonados, não é mais exclusiva. A imprensa amplia suas funções como prestadora de serviços, transformando-se em empresas, assumindo a nova função de divulgadora de anúncios diversos numa sociedade mercantil que se expandia. De modo geral, os avanços técnicos foram modestos no Império, não obstante a utilização da caricatura, da litografia e, mais tarde, o emprego da zincografia e da cor tenham representado conquistas técnicas importantes (MARTINS, 2008).

O último quartel do século XIX trouxe transformações que agitaram as águas remansosas da imprensa do Segundo Reinado. A questão da liberdade de religião, as campanhas abolicionista e republicana chegam às páginas impressas. Jornais republicanos e abolicionistas espalham-se por toda parte, desfraldando a discussão abolicionista pelo interior do país. De fato, a atividade impressa ressurgiu em Barbacena nos anos 1880, com o jornal *O Clima* (1880), de duração efêmera (SAVASSI, 1991, p. 67). Em janeiro de 1881, começa a circular semanalmente a *Gazeta de Barbacena*, dirigido por Guilherme Lopes. De pequeno formato, a *Gazeta* apresenta, em quatro páginas, editoriais, notas sobre fatos e pessoas da cidade, folhetins e anúncios. Estabelece diálogo com o periódico *O Pharol*, de Juiz de Fora. Embora a *Gazeta de Barbacena* assegure ser “imparcial na luta dos partidos”, não publicar “artigos que envolvem a vida privada” nem admitir “testas de ferro”, não se furta em publicar artigos de teor político, especialmente os de temática ligada ao fim da escravidão. Já em 1882, apresenta redatores diversos, entre os quais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. De 1883 até 1886, quando deixa de circular, foi dirigido por seu proprietário Lino Marques da Silva Pereira¹⁶.

Na década de 1890 há registro de dez novas publicações periódicas em Barbacena. Em 1891, aparece o *Leste de Minas*,

¹⁶ De acordo com Savassi (1991), outros sete periódicos foram publicados em Barbacena na década de 1880, dos quais há exemplares no AHMPAS.

jornal bissemanal, redigido por Martim Francisco Duarte de Andrada, Vicente Barreiros, senador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Arthur Joviano. Além de publicar notícias e fatos variados sobre o cotidiano e as pessoas de destaque na localidade e no Rio de Janeiro, de trazer uma seção de poesias do padre Corrêa de Almeida e uma página dedicada à publicidade, o *Leste de Minas* explicitava sua posição política. Em seu primeiro número, propõe-se a fazer “política larga e literatura de primeira água” (LESTE DE MINAS, n. 01, 17/05/1891). Seus editoriais ocupavam-se da crítica ao governo da União, da discussão do papel do Poder Legislativo, além de abordar questões pedagógicas, especialmente relacionadas ao Ginásio Mineiro.

O periódico *A Folha de Barbacena*, propriedade de Joviano e Cia, circulou entre 1895 e 1896. Contava, entre seus redatores, com a colaboração de Francisco Mendes Pimentel. O jornal admitia sua “convicção republicana, esforçando-se pelos interesses e direitos do povo, pela exaltação e estabilidade das instituições democráticas”, colocando-se “sempre ao lado da Constituição, livre para apontar e profligar os erros de uns e aplaudir os atos daqueles que se propuserem nos trazer benefícios” (A FOLHA DE BARBACENA, n. 01, 6/01/1895).

Em 23 de janeiro de 1898, o jornal *Cidade de Barbacena* iniciou suas atividades, editado por Emílio Gonçalves Júnior. O jornal foi a mais longa publicação periódica da cidade, construindo 95 anos de história. No transcorrer de quase cem anos de atividade, diversos editores passaram pelo jornal. A periodicidade e o formato também sofreram modificações. O *Cidade de Barbacena* apresentou-se como “órgão de interesse do povo”, mas, seguramente, assumiu posicionamentos em relação aos acontecimentos municipais, estaduais e do Brasil, modificando suas posturas diante do debate e da configuração política do momento. O jornal deixou de circular em 23 de janeiro de 1993. Felizmente, os proprietários preservaram intacto seu acervo, sem lacunas. A existência desse conjunto

documental longo, completo, fechado e organizado, que constrói e retrata quase um século da história de Barbacena, torna-o uma fonte extremamente relevante para a cidade¹⁷.

O século XX e a República trouxeram intensas transformações para a imprensa. A preocupação com o progresso, a presença de novos atores sociais, a segmentação do mercado e a urbanização foram novidades incorporadas pela atividade impressa, agora imbuída da missão de civilizar o país. Os impressos modernizaram-se na forma e no conteúdo. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano criava a necessidade de se reportar novos focos de notícia, privilegiando o acontecimento. O telégrafo possibilitou a simultaneidade na publicação de informações. Ampliam-se os títulos e os jornais diários, com múltiplas vertentes (oficiais, semioficiais, partidárias). Surgem os grandes conglomerados que, a despeito da censura política, procuram definir os rumos do país, desenhando-se, então, a chamada grande imprensa (ELEUTÉRIO, 2008)¹⁸.

A expansão e as transformações da imprensa periódica no início do século XX passaram a ser observadas em Barbacena. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por efervescente atividade jornalística local¹⁹. Apesar de a maioria ter se caracterizado pela efemeridade, os periódicos retrataram a diversificação temática, as inovações de linguagem, com adaptações de contos e romances, as transformações urbanas e a crença no progresso, tão marcantes na época.

Outra característica da imprensa no período é a tentativa de influenciar na otimização dos diversos setores do mercado como a lavoura, o comércio, a indústria e as finanças

¹⁷ O acervo completo está sob a guarda do proprietário do jornal. O AHMPAS possui muitos números do Cidade de Barbacena, mas a coleção é lacunosa.

¹⁸ ELEUTÉRIO (2008, p. 83) aponta transformações impactantes no campo gráfico: surgimento de um mercado consumidor; inovações tecnológicas, que permitiram o uso de ilustração diversificada (charge, caricatura, fotografia) e o aumento das tiragens; melhor qualidade de impressão; menor custo do impresso; produção interna do papel; transformação da imprensa em grande empresa. Tais modificações prepararam o advento da comunicação de massa.

¹⁹ No acervo do AHMPAS, reunido por Altaír Savassi, existem mais de 60 títulos, publicados entre 1900-1930.

(ELEUTÉRIO, 2008). É dentro dessa perspectiva que se pode compreender o aparecimento de títulos como *A Lavoura* (1898-1902), *O Comércio* (1913-1914) e *O Sericicultor* (1906-1923).

A Lavoura, propriedade de Gabriel Bittencourt, diz-se “órgão republicano consagrado aos interesses da lavoura, do comércio e indústria”. Já o periódico *O Comércio* dedica-se “aos interesses do comércio, indústria e lavoura”, afirmando estar “alheio às lutas políticas e exercer com imparcialidade a crítica de qualquer ato que, pela imprensa, convenha ser discutido, tendo sempre em mira a Justiça” (*O COMÉRCIO*, n. 01, 06/04/1913). Tratava-se de publicação bissemanal, com quatro páginas, contendo fotos coloridas, que abordava temas como “lavoura”, “nossas indústrias”, educação, além de publicar anúncios, folhetins, poesia e de divulgar os filmes em cartaz no cinema.

Contemporâneo de *O Comércio*, o jornal *A liberdade*, dirigido por Álvaro Figueiredo, com a participação de inúmeros colaboradores, explicita sua filiação política ao registrar que “obedece à orientação do partido republicano mineiro, apoiando leal e devotadamente a administração municipal do Dr. Bias Fortes” (*A LIBERDADE*, n. 01, 06/08/1913).

Embora a leitura dos periódicos barbacenenses anteriores a 1930 não aponte, aparentemente, grandes dissensões entre os políticos locais, há espaço para publicações de oposição. É o caso do jornal *A Noite* (1913-1917), dirigido por João Benedito de Araújo e de propriedade de uma sociedade anônima. São intensas as críticas à municipalidade, presentes em artigos que tratam da administração da cidade, ressaltando sua ineficiência²⁰.

O governo municipal também é alvo de *O Parafuso* (1915-1916), “órgão literário, noticioso, crítico e humorístico”, redigido por Plínio Gomes da Silva. O periódico, no entanto, afirma-se independente, sem compromissos políticos e

²⁰ Por exemplo, no n. 118, de 08/01/1915, O jornal *A Noite* publicou um artigo intitulado “O mato invade as ruas da cidade”.

promete “pugnar pelo progresso de nossa encantadora cidade” (O PARAFUSO, n. 01, 1915).

A preocupação com o progresso salta aos olhos nas páginas de *O Sericicultor*. Editado por Amílcar Savassi, o jornal apresentava-se como “órgão de propaganda agrícola, comercial e industrial”. As discussões político-partidárias não eram o conteúdo preferencial de *O Sericicultor*. O periódico ocupava-se de artigos referentes à agricultura, à defesa da indústria do bicho-da-seda, discutia a necessidade da diversificação econômica e agrícola e do ensino prático e teórico da agricultura e da indústria. Havia ainda notícias locais, uma sessão histórica, folhetins e publicidade de produtos e empresas de Juiz de Fora, do Rio de Janeiro e de Barbacena.

Destacavam-se notícias que veiculam a ideia de progresso, em clara expectativa de convencimento dos leitores a respeito do desenvolvimento da cidade. Eram detalhados os textos, muitas vezes acompanhados de fotografias, referentes à inauguração do aprendizado agrícola (n. 240-241) e da fábrica de cerveja (n. 243-244), ao aumento da frota de automóveis na cidade e à colonização.

Fosse para celebrar o progresso e promover a civilização ou instrumento de luta política, a imprensa escrita ocupou papel de destaque na sociedade brasileira. Em Barbacena, não foi diferente. Centenas de periódicos, políticos, religiosos, estudantis, porta-vozes dos mais diversos segmentos sociais, entraram em circulação, com duração variada. Após o Movimento de 1930, que também contou com seu *Jornal Revolucionário*²¹, as mudanças políticas refletiram-se no posicionamento de redatores/proprietários dos periódicos. Exemplos dessas filiações podem ser encontrados no jornal *O Nacionalista* (1937-1941), ligado ao Partido Nacionalista de Minas Gerais, e no *Correio Mineiro* (1941-1947), ambos partidários de Bias Fortes. Já o *Correio da Serra*, fundado em 1954, era presidido por José

²¹ O *Jornal Revolucionário*, redigido por José Bonifácio Lafayete de Andrada, circulou entre seis e 29 de outubro de 1930 como órgão oficial da 4ª Região Militar.

Bonifácio Lafayette de Andrada e estava ligado (como até hoje) ao grupo político liderado pela família Andrada.

Inúmeros jornais surgiram e encerraram suas atividades. Aqueles que atuaram por muito tempo e os que sobrevivem ainda nos dias atuais certamente modificaram e ajustaram seus posicionamentos diante das transformações sociais, políticas e econômicas que vivenciaram. Permanências também são notadas: publicações atuais, para além de fatos e notícias, explicitam seu caráter partidário e até faccioso.

Tais características demonstram que nas páginas dos periódicos pode-se encontrar o debate político de uma época, os sucessos da economia, os costumes e a vida cotidiana de uma sociedade. Obviamente, o impresso, como qualquer outra fonte, não é neutra nem imparcial. O registro de fatos, notícias e debates obedece às perspectivas editoriais. O caráter parcial da fonte, contudo, não impede nem desqualifica o jornal como agente histórico e construtor da memória coletiva. Tal papel ganha ainda mais relevo quando se pode acompanhar, por um longo período, o ponto de vista dos periódicos e o diálogo estabelecido entre eles acerca da história nacional/regional/local, observando-se as continuidades e transformações desse olhar. Essas são as possibilidades do acervo de periódicos do AHMPAS.

Referências

AMARAL, A. L. *O Astro de Minas contra a correnteza*. 2003. Monografia (Pós-Graduação *Lato sensu* em História de Minas Gerais no século XIX) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2003.

ASSIS, J. P. F. de A. *História do município de Senhora dos Remédios*. Barbacena: Edição do Autor, 2003.

ARAÚJO, V. de. *Pequena história de Neca Professor*. Barbacena: UNIPAC, 2006.

BAILYN, B. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BECKER, J-J. A opinião pública. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, S. A. S. de. *A abolição em Barbacena, 1871-1888*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

CAVALCANTE, I. R. A. *Devoções pessoais na Vila de Barbacena: 1791-1822*. 2007. Monografia (Pós-Graduação *Lato sensu* em História de Minas Gerais) – Universidade Federal de São João Del Rei, 2007.

COBEN, I. S. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DARTON, R.; ROCHE, D. (Orgs). *A revolução impressa: a*

imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Edusp, 1996.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, L. M. A. da (Org.). *Notícias do Padre Mestre Correia de Almeida nos jornais de Barbacena, 1881-1905*. Barbacena: Centro Gráfico e Editora, 2003.

FREIRE, J. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista, 2009*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GUIMARÃES, E. S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, L. M. P.; PRADO, M. E. (Orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

LACERDA, A. H. D. A evolução patrimonial da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850). In: GUIMARÃES, E.; MOTTA, M. M. M. (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007.

LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

MOREIRA, L. da S. *Imprensa e opinião pública no Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. 2001. Tese (Doutorado em História). FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, M. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, L. M. B. P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, F. R. *Godofredo Rodrigues de Oliveira: seus ancestrais e sua vida*. Barbacena: Edição do Autor, 2005.

OLIVEIRA, M. R. de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PEREIRA, J. da C. *Justiniano da Cunha Pereira: dados biográficos*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/>

clubanar/justport.htm> . Acesso em: 24 abr. 2007.

PINHEIRO, F. W. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809 - c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, E. M. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. 2008. Tese (Doutorado em História). FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RESENDE, E. M.; JANUÁRIO, E. A. Barbacena: desenvolvimento histórico e fontes para a história regional. In: *Guia de Fontes do AHMPAS: Fundo Poder Judiciário*. Barbacena: ACAHMPAS, 2011.

RODRIGUES, F. A. *Cidadania em negativo: a questão dos “direitos” e “privilégios” dos escravos e ex-cativos em Minas Gerais no final do século XIX*, Barbacena (1850-1888). 2006. Monografia(Pós-Graduação *Latu-sensu* em História de Minas Gerais), UFSJ, São João Del-Rei, 2006.

SANTOS, R. *Terras e liberdade: uma recompensa pela escravidão? – Barbacena, 1850-1888*. 2005. Monografia (Pós-Graduação *Latu-sensu* em História de Minas Gerais), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2005.

SAVASSI, A. *Barbacena: 200 anos*. Belo Horizonte: Lemi, 1991. v. 1.

_____. *A Imprensa em Barbacena*. Barbacena: Prefeitura Municipal de Barbacena, 1953.

SEABRA, E. A. D. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SILVA, C. L. L. da. *A família escrava na vila de Barbacena e seu termo no final do século XVIII e início do XIX, 1790-1810*. 2006. Monografia (Pós-Graduação *Latu-sensu* em História de Minas Gerais) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2006.

SILVA, W. “*Liberais e Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). 2002. 387 f. Tese (Doutorado em História) – IFCH/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SLEMIAN, A. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822 – 1834). *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora - Programa de Pós-graduação em História/Departamento de História, v. 13, n. 1, p. 34-51, 2007.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TEIXEIRA, A. B. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o século XIX em Minas colonial - 1791-1822*. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado

em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TEIXEIRA, A. B. *Vila de Barbacena: povoamento, distribuição da riqueza e nobres na transição do século XVIII para o XIX, (1791-1822)*. 2005. Monografia (Pós-Graduação *Latu-sensu* em História de Minas do século XVIII e XIX) – Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, São João del-Rei, 2005.

VEIGA, J. P. X. da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p. 169-239, 1987.

From the political debate to the News: the periodical press in Barbacena – nineteenth and twentieth centuries

Abstract

This article presents the collection of newspapers of the *Arquivo Histórico Municipal de Barbacena* (Municipal Historical Archive). Through a vast collection with a huge diversity of titles, we can point out a vigorous press activity in Barbacena which is an indispensable source in the study of the political, social, cultural and economic life in that region. In the following text we discuss the periodical press in Barbacena, focusing in the newspapers as sources to historical research, emphasizing their characteristics and methodological approaches. In order to achieve that aim, the issues from the collection referring to the nineteenth and early twentieth centuries were chosen, trying to highlight the specificities of each period and the transformations occurred along them.

Keywords: periodical press; Barbacena; nineteenth and twentieth centuries; political debate; historical source.

Recebido em: 2/2/2012

Aprovado em: 15/3/2012